

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.517.865 - CE (2015/0044017-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : TV JANGADEIRO LTDA
ADVOGADOS : JOSÉ CÂNDIDO LUSTOSA BITTENCOURT DE ALBUQUERQUE
E OUTRO(S) - CE004040
RAPHAEL AYRES DE MOURA CHAVES - CE016077
RECORRIDO : JOSÉ PAULO DO NASCIMENTO JÚNIOR
RECORRIDO : ALEXSANDRA RIBEIRO CAMELO
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO MIRANDA DE MELO E OUTRO(S) -
CE020433
INTERES. : EMPRESA JORNALISTICA O POVO S/A
ADVOGADO : MAURO FERREIRA SALES E OUTRO(S) - CE003523

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial, interposto por **TV JANGADEIRO LTDA**, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, assim ementado (fl. 480, e-STJ):

PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CIVEL – AGRAVO RETIDO – NÃO CONHECIDO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIVULGAÇÃO DE NOTÍCIA. LEI DE IMPRENSA. EXERCÍCIO DE DIREITO DE MANIFESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO - PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS ALEGADOS PELOS AUTORES – AUSÊNCIA DE ELEMENTOS EM CONTRÁRIO – PROCEDÊNCIA DO PEDIDO – VALOR DA INDENIZAÇÃO – RAZOABILIDADE – PROPORCIONALIDADE – SENTENÇA REFORMADA.

1 - A presente ação não foi alcançada pela prescrição, tendo em vista que aforada em 2007 e o trânsito em julgado da ação penal ocorreu em 2005. Agravo retido rejeitado.

2 - O direito de informação e a liberdade de imprensa são direitos fundamentais e inalienáveis para a efetivação do Estado Democrático de Direito. Contudo, não podem ser eles exercidos de maneira que desborde dos prudentes limites da razoabilidade e da ponderação, causando abalo à honra do cidadão, sob pena de ensejar dano moral.

3 - Embora seja livre a manifestação do pensamento, tal direito não é absoluto. A imprensa possui o direito de emitir opiniões acerca de fatos que ocorrem na sociedade. O que não é admitido é a veiculação de informações que violem os direitos da personalidade, tais como, a honra, a imagem, o bom nome e a credibilidade.

4 - Os autores foram lesados pelas informações prestadas em excesso pelas rés, que levaram ao conhecimento do público fatos sem a devida cautela. É dizer, todo o teor das reportagens agrediram moralmente as vítimas.

5 - Na fixação da indenização por danos morais o Juiz deve considerar a proporcionalidade e razoabilidade da condenação em face do dano sofrido pela parte ofendida e o seu caráter compensatório e inibidor, mediante o exame das circunstâncias do caso concreto.

Superior Tribunal de Justiça

6 - Recurso conhecido e provido. Sentença reformada condenando as rés cada uma de per si, porém solidariamente, a reparar os danos morais arbitrados em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a cada um dos promoventes. Agravo retido improvido.

Embargos de declaração opostos e rejeitados na origem (fls. 947-955, e-STJ).

Nas razões do especial (fls. 808-836, e-STJ), além da divergência jurisprudencial, a recorrente apontou violação aos artigos 200 e 407 do Código Civil. Sustenta, em síntese: **a)** a inaplicabilidade do art. 200 do Código Civil à hipótese dos autos; **b)** a incidência dos juros de mora a partir da data do arbitramento da indenização por danos morais.

Contrarrazões às fls. 901-919, e-STJ.

Admitido o recurso na origem (fls. 921-922, e-STJ), ascenderam os autos a esta Corte.

É o relatório.

Decido.

A pretensão não merece prosperar.

1. De início, a insurgente apontou violação ao artigo 200 do Código Civil, ao argumento de que o referido dispositivo não se aplica à hipótese, pois "*os fatos que ensejaram o direito indenizatório do presente feito não foram objeto de apuração no juízo criminal*" (fl. 825, e-STJ).

O Tribunal de piso, neste ponto, assim decidiu:

Alega que o Código Civil de 1916, em seu art. 177, estipulava que o prazo prescricional para o ajuizamento das ações pessoais era de vinte anos. O art. 206, § 3º, V, do Código Civil em vigor, estabelece que a prescrição para pretensão de reparação civil se opera em três anos.

Tendo em vista que o fato ocorreu em janeiro de 2001 e a nova lei entrou em vigor em 2003, o prazo prescricional será de três anos.

Anoto que não cabe perder de vista o disposto no art. 200 do Código Civil que preceitua que quando **a ação se originar de fato que deve ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva**. Isso significa que a prescrição só começa a fluir após o trânsito em julgado da condenação criminal. O que se deduz do art. 200 do CC é que a prescrição correrá desde o início, mas não se encerrará enquanto o processo penal estiver pendente. O mesmo fato pode gerar responsabilidade civil e criminal, e o prazo da pretensão indenizatória somente começará a fluir com a conclusão do respectivo processo penal.

A decisão no juízo criminal ocorreu em 11 de outubro de 2005 – fl. 33 - e a presente ação foi ajuizada em 27 de julho de 2006, no prazo, portanto.

A prescrição não ocorreu. [...]

O Código Penal (art. 91, I), estabelece que a sentença penal condenatória transitada em julgado toma certa obrigação de indenizar, constituindo título executivo judicial. Assim, são os comentários de Fabrício Zamprogna Matiello: "*A suspensão da prescrição se dá desde o dia em que teve início a ação penal, através do recebimento da denúncia ou medida afim, até que transite em julgado a correspondente sentença*". (Código Civil Comentado, São Paulo, Ltr, 2003, p. 161).

Acolhida as informações acima, esta ação cível, porque ajuizada a 20 de junho de 2006, não foi alcançada pela prescrição trienal. (fls. 792-793, e-STJ) [grifou-se]

Como visto, tratando-se o presente caso de hipótese em que consta expressamente do acórdão impugnado a existência de sentença penal relacionada aos fatos que deram ensejo a presente demanda, mostra-se evidente a relação de subordinação necessária entre o fato objeto de apuração penal e a ação cível, sendo adequada a aplicação do disposto no artigo 200 do Código Civil.

Nesse sentido, transcrevem-se os seguintes precedentes:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. INTERPRETAÇÃO DOS ARTS. 130, 333, INCISO II E 420 DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. **AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANOS MORAIS.** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS. TRATAMENTO INEFICAZ. PSORÍASE. FALSA PROMESSA DE CURA. DOENÇA CRÔNICA. CONDENAÇÃO DO RÉU. ESFERAS ADMINISTRATIVA E PENAL. **PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. NÃO OCORRÊNCIA. CAUSA IMPEDITIVA DO CURSO DO PRAZO. ART. 200 DO CÓDIGO CIVIL.** DEVER DE INDENIZAR. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. VERBA INDENIZATÓRIA. RAZOABILIDADE. [...] 5. **O art. 200 do Código Civil dispõe que, em se tratando pretensão indenizatória fundada na responsabilidade civil por fato que deva ser apurado no juízo criminal, não corre a prescrição antes do advento da respectiva sentença penal definitiva. Precedentes.** 6. Desde que haja a efetiva instauração do inquérito penal ou da ação penal, o lesado pode optar por ajuizar a ação reparatória cível antecipadamente, ante o princípio da independência das instâncias (art. 935 do CC/2002), ou por aguardar a resolução da questão no âmbito criminal, hipótese em que o início do prazo prescricional é postergado, nos termos do art. 200 do CC/2002. Precedentes. 7. No caso, os fatos narrados na inicial ocorreram no ano de 2001, mas foram objeto de ação penal que teve início em 2003 e foi concluída apenas em 2013, não havendo falar em prescrição. A ação indenizatória em tela foi ajuizada em março de 2010, antes, portanto, de transitada em julgado a sentença penal que condenou o recorrente pela prática dos crimes previstos nos arts. 171 e 273, § 1º-B, inciso II, do Código Penal. [...] 10. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido. (REsp 1798127/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/04/2019, DJe 05/04/2019) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA AGRAVANTE. 1. **A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a existência de processo criminal, no qual se apura a autoria do delito, é causa impeditiva da prescrição, nos termos do artigo 200 do Código Civil: "Quando a ação se**

Superior Tribunal de Justiça

originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva". Incidência Súmula 83 do Superior Tribunal de Justiça. 2. Na hipótese, derruir as conclusões do acórdão recorrido, no sentido de que há relação de prejudicialidade entre as demandas cível e criminal, demandaria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada na estreita via do recurso especial, a teor do disposto na Súmula 7 do STJ. Precedentes. 3. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1286171/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 17/12/2018) [grifou-se]

No caso dos autos, conforme consta do *decisum* recorrido (fl. 792, e-STJ) a decisão no juízo criminal se deu em 11/10/2005 e a demanda fora ajuizada em 27/07/2006, portanto, escoreita a conclusão no sentido da inexistência de implemento do prazo prescricional.

O acórdão do Tribunal de origem está em consonância com o entendimento desta Corte Superior, atraindo a incidência do óbice previsto na Súmula 83 do STJ, *in verbis*: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida", aplicável para ambas as alíneas do permissivo constitucional.

Destaca-se, ainda, que para derruir as conclusões do acórdão recorrido, no sentido de que os fatos apurados na presente demanda estão relacionados com a ação penal mencionada, demandaria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada na estreita via do recurso especial, a teor do disposto na Súmula 7 do STJ. A propósito, confira-se:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PRESCRIÇÃO. PREJUDICIALIDADE. SÚMULA 83 DO STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. O acórdão recorrido está em consonância com o entendimento preconizado por esta Corte, no sentido de que, em se tratando de ato que enseja, além da reparação civil, procedimento criminal, o lapso prescricional começa a fluir a partir do trânsito em julgado da sentença definitiva penal. Precedentes. 2. A reforma do aresto hostilizado, com a desconstituição de suas premissas como pretende o agravante, demandaria alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ. 3. Agravo interno não provido. (AgInt nos EDcl no AREsp 1297036/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 29/10/2018) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO NA VIGÊNCIA DO NCP. AÇÃO DE PROTESTO CONTRA ALIENAÇÃO DE BENS. DEFERIMENTO. ART. 265, IV, A, DO CPC. VIOLAÇÃO.

INOCORRÊNCIA. ARTS. 867 e 869 do CPC/73. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA DEFERIMENTO DA MEDIDA. REFORMA. SÚMULA Nº 7 DO STJ. [...] 2. O STJ possui o entendimento de que a paralisação do processo em virtude de prejudicialidade externa não possui caráter obrigatório, cabendo ao juízo local aferir a plausibilidade da suspensão consoante as circunstâncias do caso concreto. Precedentes. 3. Tendo a Corte de origem, com base no suporte fático da causa, decidido pela desnecessidade da suspensão da ação cível enquanto se decide a ação penal em trâmite na 1ª Vara Criminal da Comarca de Santo Ângelo/RS, rever tal entendimento esbarra no óbice da Súmula nº 7 do STJ. [...] 5. Agravo interno não provido, com aplicação de multa. (AgInt no AREsp 846.717/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 30/11/2017) [grifou-se]

2. A recorrente pugna ainda que os juros de mora incidentes sobre a verba indenizatória passem a fluir a partir do arbitramento. Aduz ter havido violação ao artigo 407 do CC.

A respeito, a Corte local decidiu que ***os juros de mora devem incidir desde a data do evento danoso*** e a correção monetária a partir do arbitramento dos danos morais (fl. 803, e-STJ).

O acórdão recorrido está em harmonia com a jurisprudência desta Corte acerca da matéria, segundo a qual, em se tratando de responsabilidade civil extracontratual, os juros de mora devem fluir a partir do evento danoso. Tal orientação encontra-se consolidada no enunciado da Súmula 54 do STJ, a saber: "*Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual.*".

Ao contrário do que alega a ora recorrente, referido enunciado sumular aplica-se tanto para verba indenizatória por danos materiais, quanto para os danos morais.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **TERMO INICIAL. JUROS DE MORA. SÚMULA 54/STJ.** 1. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria de fato (Súmula 7/STJ). 2. **Os juros de mora contam-se desde o evento danoso, nas hipóteses de responsabilidade civil extracontratual.** 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 816.755/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 23/02/2016, DJe 02/03/2016) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL E RESPONSABILIDADE CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. **DANO MORAL.** VERBA REPARATÓRIA QUE ESCAPA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E DESTOA DOS PARÂMETROS DESTA CORTE. MAJORAÇÃO DA QUANTIA ARBITRADA. [...] 3. **Tratando-se de responsabilidade civil extracontratual, os juros de mora deverão incidir a partir do evento danoso, nos termos da Súmula 54/STJ.** 4. Agravo regimental a que se

Superior Tribunal de Justiça

nega provimento. (AgRg no REsp 1476080/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/12/2014, DJe 19/12/2014) [grifou-se]

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA. CADASTRO DE INADIMPLENTES. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. NECESSIDADE. AUSÊNCIA. **DANO MORAL**. OCORRÊNCIA. VALOR DA INDENIZAÇÃO. INTERVENÇÃO EXCEPCIONALÍSSIMA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. QUANTUM INDENIZATÓRIO MAJORADO PARA DEZ MIL REAIS DE ACORDO COM PRECEDENTES DESTA CORTE SUPERIOR. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. [...]

4. **O termo inicial dos juros de mora é a data do evento danoso, por se tratar, no caso, de responsabilidade extracontratual, nos termos da Súmula 54 do STJ.** 5. A incidência de correção monetária sobre a indenização por dano moral ocorre desde a data do seu arbitramento pelo juiz ou tribunal. Súmula 362 do STJ. 6. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (AgRg no Ag 1408911/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/02/2012, DJe 29/02/2012) [grifou-se]

Desta forma, estando o acórdão impugnado alinhado à jurisprudência do STJ, incide o teor da Súmula 83/STJ, aplicável para recursos interpostos por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

3. Do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator